Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

MULHERES ESCRITORAS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS (1790-1820)

WOMEN WRITERS AND THE FORMATION OF THE UNITED STATES (1790-1820)

STÉFANI OLIVEIRA VERONA[1]

RESUMO

Muitos debates ocorreram a respeito dos direitos políticos e da importância da educação para os cidadãos dos Estados Unidos durante o final do século XVIII. Este artigo tem como objetivo compreender de que forma os textos publicados por Judith Murray, Catharine Macaulay, Mercy Otis Warren e Phillis Wheatley contribuíram para o debate sobre igualdade política, social e educacional durante o século XVIII. O método envolve a análise dos textos publicados por elas em paralelo ao contexto da época, ao surgimento das academias femininas e da formação dos primeiros círculos literários. Concluo que o cenário contribuiu para a construção de uma identidade nacional e as publicações para importantes mudanças na percepção política das mulheres, originando a Convenção de Sêneca Falls pelos seus direitos, em 1848.

Palavras-chave: História Contemporânea. Escrita. Educação. Mulheres. Estados Unidos.

ABSTRACT

Much debate has taken place regarding political rights and the importance of education for US citizens during the late 18th century. This essay aims to understand how the texts published by Judith Murray, Catharine Macaulay, Mercy Otis Warren and Phillis Wheatley contributed to the debate on political, social e educational equality during the 18th century. The method involves the analysis of texts published by them in parallel with the context of time, the emergence of female academies and the formation of the first literary circles. I conclude the scenario contributed to the construction of a national identify and the writings contributed to important changes in the political perception of women, creating the Seneca Falls Convention for their rights in 1848.

Key-words: Contemporary History. Writing. Education. Women. United States of America.

[1] Professora de História e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). *E-mail* da autora: stefaniverona909@gmail.com

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o lugar social das mulheres em diferentes períodos históricos é central nos estudos historiográficos e feministas. Os estudos sobre as mulheres acontecem das mais diversas formas e com diferentes abordagens, o que contribui para enriquecer a História ao mesmo tempo em que revela a multiplicidade de visões sobre o que significa ser mulher em diferentes sociedades e também em uma mesma sociedade ao longo de períodos de tempo distintos. Neste sentido, é possível entender os diferentes modos de escrever a História ao longo do tempo como parte integrante do trabalho do Historiador. Além disso, estudar as mulheres e sua produção historiográfica em seu próprio tempo nos ajuda a compreender as motivações sociais que as levaram a repensar e ressignificar suas vidas.

Historiadoras feministas como Lynn Hunt e Joan Scott contribuíram amplamente para dar visibilidade às mulheres que defenderam causas públicas no passado, questionando a passividade e o silêncio. Mesmo assim, a trajetória de escritoras políticas inglesas e americanas do século XVIII ainda é pouco explorada no Brasil. Sua importância reside no fato de que foram estas as primeiras mulheres consideradas *ativistas* no Ocidente e influenciaram amplamente a escrita de mulheres na América do Sul. Desta forma, é possível recorrer ao diálogo entre a Teoria Literária Feminista e a História da Cultura Escrita para problematizar não somente o gênero por trás da autoria de textos importantes, ainda que pouco explorados, mas também para entender o que Greicy Bellin chama de “complexas conexões com a cultura escrita” (Bellin, 2011, p. 02), aspectos que transformam o lugar das mulheres como leitoras e escritoras.

Judith Sargent Murray, Mercy Otis Warren, Catharine Macaulay e Phillis Wheatley foram mulheres que não se intimidaram e tornaram públicas as suas ideias sobre as injustiças sofridas, contrariando as representações de feminilidade que as limitavam ao casamento e à maternidade. Em suas publicações, durante a segunda metade do século XVIII e primeiros anos do século XIX, elas escreveram sobre a necessidade de educar as mulheres para que pudessem exercer papéis políticos na nascente República dos Estados

Unidos, o que reivindicavam escrevendo nos jornais de maior circulação do período.

Este artigo propõe inicialmente compreender o contexto da sociedade pós Revolução Americana, que gerou um cenário cultural específico no qual as autoras publicaram seus textos. O objetivo é enxergar os questionamentos e entender os reflexos da escrita política de mulheres nos ensaios e artigos publicados por elas enquanto buscavam seus direitos. É necessário compreender a motivação e os efeitos causados por elas enquanto importantes eventos aconteciam, e ao mesmo tempo ressaltar a coragem ao publicar, especialmente considerando que elas eram parte atuante e também estavam sujeitas aos importantes acontecimentos do período.

Entender o impulso das mulheres em prol de mudanças, presente em suas experiências pessoais e principalmente na reflexão sobre suas experiências por meio da produção escrita se faz necessário para entender "como a sociedade reage ante a ideia de que as mulheres passem a se pensar com autonomia, como podendo figurar por conta própria na História, recusando-se a girar, como auxiliares ou sombras, em torno dos homens" (Rago, 2001, p. 59). Neste sentido, é possível pensar a formação de uma identidade *política* e *feminina* nos Estados Unidos utilizando a escrita e a leitura como ferramentas.

1. A PALAVRA ESCRITA COMO FERRAMENTA POLÍTICA PARA AS MULHERES

O ideal de feminilidade, no caso dos Estados Unidos, era questionado pelas mulheres quando utilizavam os conceitos de igualdade e de cidadania, os mesmos que ajudaram a mobilizar a população durante a Revolução Americana contra o domínio britânico. Com o término das guerras e a vitória americana, as ideias de cidadania só se tornaram reais para os grupos dominantes, dos quais mulheres e negros não faziam parte. Motivadas por esta situação, algumas mulheres passaram a refletir sobre suas realidades e incentivarem umas às outras a escrever sobre uma identidade pautada nas diferenças de gênero em uma sociedade que não encarava homens e mulheres da mesma forma. Elas haviam assumido importantes papéis na ausência de seus maridos enquanto

eles lutavam nas guerras, mas foram novamente reduzidas ao espaço doméstico (McMahon, 2012).

Essa realidade de intensas contradições é bastante evidente conforme Anadir Miranda coloca em sua análise sobre as sociedades americana e inglesa da época:

> Como explicar essas discrepâncias? Por que negros e mulheres não foram incorporados na categoria de humanidade responsável, tendo que lutar por seus direitos? Não eram considerados indivíduos pensantes? [...] Ou ainda, como a sociedade democrática e liberal manteve sua legitimidade, apesar de tais incoerências? Para responder a tais questões, precisamos voltar nosso olhar para o século XVIII, contexto de surgimento da nascente sociedade civil. [...] Foi nessa época que se fortaleceu a ideia de que os seres humanos, por serem igualmente dotados de razão, deveriam ser portadores dos mesmos direitos, capazes de opinar e decidir sobre o que é mais adequado para eles mesmos. Mas foi também no Século das Luzes que os discursos que legitimam a exclusão das mulheres dos ideais de cidadania foram produzidos no interior de um intenso debate (Miranda, 2010, p.9-10).

Entre a maioria dos pensadores do século XVIII persistia a convicção de que as mulheres não seriam adequadas para participar ativamente da sociedade política e civil por não possuírem entendimento e razão suficientes. Ao mesmo tempo, porém, a educação formal era muito limitada para elas. Isso se dava também pela crença muito disseminada na cultura e na ciência de que a razão feminina era inferior à dos homens e que seu estado de dependência era natural devido à sua *futilidade*, o que impedia a elas a autonomia necessária para se engajarem como sujeitos politicamente ativos. Além disso, deveriam permanecer ligadas às responsabilidades domésticas e à educação dos filhos. Mas como poderiam educar seus filhos sem elas mesmas serem educadas?

Apesar deste cenário, foi também no decorrer do século XVIII que ocorreu uma mudança significativa na relação das pessoas com a palavra escrita. A leitura da Bíblia abriu caminho experiências mais variadas. Vários grupos sociais foram impactados na sociedade americana, sendo que o campo da educação foi um dos mais transformados. As influências da leitura foram abrangentes e as classes burguesas e de elite tiraram amplo proveito da situação por conta da dedicação que tinham para o conhecimento. A expansão da leitura também foi

significativa para as mulheres americanas das classes mais altas, porque as transformaram em leitoras mais ativas e permitiu que se engajassem nas discussões de seus círculos sociais, originando uma transformação cultural. Consequentemente, "a palavra impressa tornou-se pura e simplesmente a representante burguesa de cultura" (Wittman, 1999, p.138).

Neste mesmo período as revistas passaram a aconselhar a formação de bibliotecas domésticas femininas para ampliar o repertório de leitura das mulheres, mesmo que elas ainda estivessem limitadas aos temas de administração da casa, aos relatos de viagem, fábulas e alguns romances. Essas transformações sociais, porém, marcaram o início do maior alcance das mulheres à palavra escrita e ao desenvolvimento de habilidades que até então haviam sido tradicionalmente prerrogativa masculina.

Dessa forma, novas ideias sobre a igualdade entre homens e mulheres passaram a circular, afinal, se considerava que as mulheres eram as responsáveis pela educação dos filhos que seriam os futuros cidadãos dos Estados Unidos, conforme tanto se sublinhava nos discursos da época. Lucia McMahon (2012) explica que as mulheres tentavam participar cada vez mais dos espaços intelectuais masculinos, levantando questões fundamentais sobre a igualdade e a diferença, já que seus esforços aconteciam em uma época de fluxo de novas ideias sobre identidade de gênero que exigiam respostas às mudanças sociais e políticas do período revolucionário. Apesar do ideal da igualdade, a nação permanecia permeada pelas diferenças sexuais, sociais e raciais (McMahon, 2012).

Linda Kerber (1980) ecoa estas preocupações ao levantar ainda algumas questões sobre a própria ideia de cidadania, pois ela questiona a posição de cientistas da época que buscavam descobrir se as mulheres poderiam ser pessoas políticas (Kerber, 1980). Apesar da diferença entre as prescrições culturais de gênero, formou-se nos Estados Unidos uma orientação para a conduta feminina baseada na dualidade e no equilíbrio entre o saber intelectual que era apropriado a elas - saber histórico e de administração da propriedade - e o auxílio que elas proporcionavam aos homens, seus maridos e filhos.

As academias femininas[2] começaram a ser criadas e adquirir fama a partir dessa ideia de equilíbrio entre saber e responsabilidade, pois elas eram voltadas para o preparo das moças a quem não era recomendada total dedicação aos estudos (pejorativamente chamadas de *pendatic*) ao mesmo tempo em que as direcionava para longe do que eram consideradas futilidades femininas, como a leitura dos romances e os flertes (mulheres *coquette*). Entre os anos de 1780 e 1820, as mulheres americanas foram educadas durante um estágio de experimento social, quando as academias femininas se espalharam em meio à confusão sobre o que era "adequado" a elas e o que traria os melhores benefícios sociais.

Apesar da proposta inicial de algumas destas academias de ensinar apenas o essencial às moças, outras começaram a estender os campos de conhecimento utilizando um conceito de ampla circulação no período: a palavra "*mere*", pois

> *"Mere"* era a noção persistente de que as mulheres eram diferentes dos homens e que ainda, se tornarem *meramente* iguais aos homens representaria uma perda do poder e da influência das mulheres como *mulheres*. O uso da palavra "*mere"* descrevia e sustentava noções de diferença sexual. Ao mesmo tempo, *Igualdade* era, é claro, um poderoso conceito na jovem nação, tão poderoso que não era inconcebível que mulheres poderiam muito bem desejar um pouco dos benefícios econômicos, sociais e políticos que a igualdade prometeu. A mera igualdade tentou reconciliar a crença persistente na diferença de gênero da época com as ideias mais liberais e ilustradas sobre igualdade (McMahon, 2012, p. 10).

Enquanto as mulheres defendiam cada vez mais a igualdade, surgiram contra-argumentos que prezavam pela existência de esferas separadas para os dois sexos, pois segundo a visão tradicional, os diferentes papéis seriam importantes e fundamentais para o bom funcionamento do novo sistema social e de governo. De acordo com esta forma de pensamento, a busca pela "mera" igualdade seria algo ruim para as próprias pretensões das mulheres (McMahon, 2012).

Igualmente importante foi a crescente discussão sobre a esfera pública

[2] As academias femininas propiciavam uma educação mais sofisticada do que a doméstica, mas não tinham estatuto de faculdade. A primeira faculdade americana feminina foi a atual *Wesleyan College*, na Geórgia, fundada em 1836 como *Georgia Female College*.

literária. Os editores das revistas possibilitaram uma maior circulação das críticas políticas "publicando ensaios sobre educação das mulheres e relatos de cerimônias iniciais realizadas em academias femininas" (McMahon, 2012, p. 09). Essas publicações contribuíram ainda mais para o debate, porque revelaram que "até os apoiadores mais fervorosos da educação das mulheres não podiam resolver as tensões entre igualdade intelectual e diferença sexual que informava o entendimento da época sobre sua educação" (McMahon, 2012, p. 09), de maneira a evidenciar a falta de consenso quanto ao que era a cidadania em relação aos diferentes atores sociais.

Entre os anos de 1785 e 1825 houve um avanço em termos de acesso à educação com a popularização das academias femininas, mesmo que o acesso às universidades ainda não fosse possível. Esse avanço está relacionado ao fato de que até as primeiras décadas do século XVIII a leitura e a escrita não eram incentivadas às mulheres e escrever seria importante apenas para a assinatura de seus nomes, para manter as contas da casa em ordem e para a escrita de cartas familiares, mas com a chegada das guerras de independência elas assumiram tarefas que exigiam maior conhecimento literário. Isso contribuiu para que "o senso delas mesmas, suas lutas pessoais com a identidade, permanecessem desconcertantemente persistentes durante todo o período colonial" (Scheick, 1998, p.123).

As novas possibilidades de educação foram apoiadas por educadores na época por serem consideradas essenciais para a construção política do país. Para os homens a exigência era bastante sublinhada quando se tratava da esfera política, mas as mulheres tiveram mais dificuldades, mesmo no âmbito social. Os educadores defendiam que a educação feminina apropriada seria o meio para estabelecer e assegurar a felicidade doméstica e social no presente e para as futuras gerações, sendo que a abertura de academias também teve que enfrentar o argumento do que seria esta "educação apropriada", ao exigir que os estudos das mulheres fossem inicialmente voltados para a gramática, aritmética e administração doméstica.

Apesar da diferenciação inicial, as academias foram revolucionárias ao seu modo por destacarem as capacidades das mulheres, pois "educadoras afirmavam que as mulheres eram seres dotados de razão, que possuíam

capacidade intelectual e igualdade de mente com os homens" (McMahon, 2012, p. 03-04). Por isso é importante entender como as academias e as publicações femininas da época criticavam as tensões entre razão, educação, igualdade e a ideia de feminilidade, para explorar como as realidades e pensamentos das mulheres foram refletidos em suas experiências coletivas.

Para isso, devemos levar em consideração que os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas representações construídas, repletas de significados e constitutivas das relações de poder, que são "incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação de práticas" (Miranda, 2010, p.120). Desta forma, quando se trata do reconhecimento das diferenças entre mulheres e homens para elas construírem uma consciência de si mesmas, a experiência coletiva acaba ligando as escritoras umas às outras. Essa discussão é ampliada quando observamos os debates sobre identidade no cenário republicano dos Estados Unidos. Perguntas importantes para entender esse cenário são:

> Como uma sociedade comprometida com a igualdade mantem o que é percebido como diferenças necessárias? Se mulheres propriamente educadas eram capazes de se tornar iguais intelectualmente aos homens, como os americanos continuariam a justificar a exclusão formal das mulheres da política e das outras profissões dominadas pelos homens? Se as mulheres alcançassem igualdade intelectual, quais outras formas de igualdade iriam buscar? As mulheres educadas abandonariam, como os críticos alertaram, suas responsabilidades domésticas e competiriam com os homens por poder econômico e político? A igualdade intelectual das mulheres desafiaria a própria noção de diferença sexual sustentada pela diferença de gênero e hierarquia? (McMahon, 2012, p. 09).

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, surgiram publicações específicas sobre o assunto. Entre elas está um manifesto anônimo intitulado *Plan for the Emancipation of the Female Sex* (1802), em que se defende uma reorganização em torno do conceito de *autoridade*. Esta publicação foi contestada pela educadora Emma Willard, que reforçou alguns dos pontos defendidos no ensaio, mas propôs o seu próprio *Plan for Improving Female Education*. Emma Willard pediu apoio ao governo de Nova York para dar a

educação “apropriada” às mulheres, revelando a dualidade da palavra e a dificuldade em defini-la, pois para Willard as mulheres deveriam se educar, mas apenas em certas áreas e visando o futuro da família. Willard escreveu também que não era correto chamar os centros educacionais para as mulheres de *colleges*, já que a possibilidade de receber mulheres nas faculdades soava absurda. Ela insistiu em usar “seminário feminino”, para não suscitar as rivalidades masculinas e “foi cuidadosa ao insistir que não tinha desejo de oferecer uma educação masculina, enfatizando que a educação precisava refletir a diferença de caráter e deveres de homens e mulheres” (McMahon, 2012, p, 02).

Em conformidade também estava John Burton, autor de *Lectures on Female Education and Manners* (1794), que defendeu que as mulheres, de fato, tinham as mesmas capacidades intelectuais que os homens e que esse desenvolvimento se dava através da educação, mas que ao mesmo tempo não havia a necessidade delas terem acesso à igualdade política e econômica. Essa conformidade com os papéis de gênero defendida por Burton permeou a concepção da época do início da República Americana de que a educação seria proveitosa, mas sempre em sintonia com as primeiras responsabilidades femininas para com a esfera doméstica.

Esta posição, porém, não impediu as mulheres de aumentarem cada vez mais seu escopo de leituras e buscar constantemente os estudos. A atividade de publicação não era inteiramente nova na República, mas era mal vista quando feita por mulheres, especialmente antes da Revolução Americana. Entre os livros e autoras que foram lidos pelas mulheres durante o século XVIII estão: *Poems* (1664) de Katherine Philips, *Several Poems Compiled with Great Variety of Witand Learning* (1678, 1758) de Anne Bradstreet, *Poems on Several Occasions* (1696) *e Letters, Moral and Entertainingy in Prose and Verse* (1729-33) de Elizabeth Singer Rowe, *Ana Miscellanies in Prose and Verse* (1752) de Mary Jones (Scheick, 1998).

Foi durante o período iluminista de importantes transformações sociais que nasceu a escritora americana Judith Sargent Murray, em 1751, vinte e cinco anos antes da Declaração de Independência ser redigida. Ela vivenciou as contradições políticas e sociais do final do período colonial e da época

revolucionária dos nascentes Estados Unidos (1775-1783), além das mudanças envolvidas no processo de construção nacional de uma nova República. A educação de Judith se deu por meio de leituras, da escrita e principalmente do aprendizado das tarefas domésticas, como era esperado para as moças da sua classe social. O mesmo não aconteceu com seu irmão, que foi preparado por um tutor para estudar na prestigiada Universidade de *Harvard*. Esta diferença na educação dos irmãos incentivou Judith a ampliar suas leituras utilizando a biblioteca da própria família, além de se engajar na escrita de poemas e artigos históricos até se casar, um pouco antes das Guerras de Independência (ArezkiI; Mahmoud, 2013).

A mesma diferença nas expectativas educacionais de jovens mulheres das elites pode ser verificada nas trajetórias de Mercy Otis Warren e Catharine Macaulay. Warren também nasceu em *Massachusetts* e foi uma escritora política na época da Revolução Americana. Segundo Kate Davies (2005), ela foi muito próxima de seu irmão e educada com ele em casa por seu tio, apesar de não ter sido preparada para *Harvard* como ele e como o irmão de Judith.

> Apesar dela (Mercy) não ter sido apresentada às linguagens clássicas que qualificariam os homens da família Otis para sua educação em *Harvard*, Warren leu muito, foi encorajada a escrever criativamente e desenvolveu aquele interesse na teoria e história política republicana que permaneceriam preocupações por toda sua vida (Davies, 2005, p.5).

Kate Davies também escreve sobre a experiência da historiadora inglesa e feminista Catharine Macaulay, com quem Mercy Otis Warren se correspondeu durante boa parte de sua vida, e com quem teve debates através destas cartas sobre a realidade feminina e de como o desenvolvimento da razão acontecia de maneiras diferentes para meninos e meninas. Catharine Macaulay e sua irmã também foram outras duas mulheres que recorreram à biblioteca da própria casa para estudar história clássica e política, porque assim como Warren e Murray, “Macaulay e sua irmã foram deixadas aos cuidados de uma governanta e foi dito mais tarde que nunca foram encorajadas em nenhuma atividade além das expectativas de sua posição e sexo” (Davies, 2005, p.5).

A percepção destas três escritoras sobre a necessidade de educação

feminina mais atenciosa as levou a escrever sobre o assunto. Foi assim que Judith Murray passou a escrever diversos poemas para a revista *Massachusetts Magazine*[3], com o pseudônimo de *Constantia*. Após o nascimento de seu filho, em 1789, enquanto estava acamada, ela submeteu a esta mesma revista o seu mais famoso ensaio, intitulado *On the Equality of the Sexes*, publicado em 1790. Nele, ela defendeu que homens e mulheres tinham almas e mentes iguais, o que seria a base de seus argumentos futuros em prol da educação igualitária que deveria existir para todos nos Estados Unidos (Murray, 1790).

Nesta publicação, Judith falou também sobre as injustiças enfrentadas pelas mulheres no campo da educação e se preocupou com sua marginalização social. Ela retratou a mulher desta época como subordinada e alguém a quem os direitos não foram estendidos após as guerras por independência. Seu texto tem certo caráter de denúncia também por deixar claro que "as oportunidades das mulheres eram rigidamente restritas; elas não podiam ter cargos públicos nem votar. Elas eram forçadas a ser obedientes com relação aos seus maridos. Essa atitude submissa era para ser aceita sem ser questionada" (Arezki; Mahmoud, 2013, p. 03).

Murray assinou seu ensaio com o pseudônimo de *Constantia* e após o sucesso desta publicação, passou a utilizar o pseudônimo masculino *Mr. Gleaner* para escrever uma coluna permanente na revista. Nesta coluna ela discutia questões sociais e políticas que foram bem recebidas pelos leitores da época, que mandavam cartas para os editores falando das publicações. É possível considerar que o uso da autora de ao menos dois pseudônimos tem outros significados para além do temor de se expor, porque ao não revelar sua identidade feminina, talvez Murray tenha usufruído de maior liberdade com relação aos seus temas e argumentos. Escrever em um jornal de ampla circulação em *Massachusetts* fez com que seus textos fossem lidos por muitas pessoas e devido ao espaço restrito cedido às mulheres nas discussões públicas, seria interessante manter-se no anonimato. Isso também revela certa consciência de Judith com relação ao espaço limitado delas nas discussões

[3] A revista *Massachusetts Magazine* circulou em *Boston* (1789-1796) e trazia ensaios de filosofia, história, críticas literárias, romances e contos. Foi a revista que circulou pelo maior período de tempo nos Estados Unidos no século XVIII, publicando oito volumes.

sobre educação e igualdade e sua percepção da necessidade de alcançar as classes sociais letradas (McMahon, 2012).

Murray fazia parte de uma classe abastada e teve contato com intelectuais e escritores que possibilitaram a ela participar de espaços de debate e exposição de ideias após sua limitada educação doméstica. Os chamados círculos literários femininos foram inspirados nos salões literários da Europa iluminista, mas davam maior foco para a discussão de textos e livros que circulavam no período nos Estados Unidos e para a produção de textos das mulheres que participavam dos círculos para publicação em revistas. Os círculos literários foram criticados por supostamente afastar as mulheres de suas responsabilidades domésticas, mas podemos constatar que isso não se provou verdadeiro no caso de nenhuma das escritoras mencionadas, porque além de se comprometerem com a educação, Murray, Warren e Macaulay também cumpriram seus papéis na formação de suas famílias.

Judith Murray se casou duas vezes e foi com o apoio de seu segundo marido, o reverendo John Murray, que ela começou a publicar na *Massachusetts Magazine*. John Murray foi um dos responsáveis por trazer uma nova vertente religiosa aos Estados Unidos, o Universalismo. Ao lado de Elhanan Winchester ele é considerado uma das pessoas mais importantes da época para este movimento. Sua vertente universalista teve fortes influências dos pregadores James Relly e George Whitefield e seu principal argumento religioso era o de que as pessoas podiam encontrar redenção para suas almas apenas agindo corretamente. Seu grande objetivo era trazer conhecimento a todos. Sua esposa, Judith, também defendia este conhecimento para todos, mas defendia especialmente a causa das mulheres por elas serem metade da população e estarem unidas pela condição do “ser mulher”, apesar das diferentes etnias e classes sociais (McMahon, 2012).

O marido de Mercy Otis Warren, James Warren, também a incentivou na publicação de duas peças de teatro políticas, além de participar das reuniões organizadas por ela na casa da família para discutir o cenário nacional. James Warren foi um político proeminente da época. Já o marido de Catharine Macaulay, George Macaulay, foi um médico escocês sem muita influência política. As três mulheres tiveram casamentos bastante diferentes, com mais ou

com menos influência política e apoio aos seus textos. No caso de Murray e Warren, é possível perceber a vantagem do apoio que recebiam dos cônjuges, pois elas permaneceram por muitos anos no centro dos encontros políticos informais da região de Boston. Na Inglaterra, porém, Macaulay conseguiu este feito com a publicação de sua "História da Inglaterra".

O apoio dos maridos ou sua falta, porém, não deve ser considerado aspecto decisivo no sucesso destas escritoras, porque Judith nunca revelou sua verdadeira identidade, utilizando apenas pseudônimos para publicar nas revistas. Warren participava de inúmeros círculos literários apenas para mulheres de onde saíram muitos de seus textos mais famosos e Macaulay publicou sua "História da Inglaterra" em diversos volumes mesmo sem o entendimento mais sofisticado de seu marido sobre política. É inegável, porém, que o apoio dos cônjuges à escrita destas mulheres foi vantajoso para suas vidas pessoais (McMahon, 2012).

Ainda neste cenário de questionamentos acerca da concepção de cidadania, outra escritora se destacou: Phillis Wheatley, ex-escravizada, negra e crítica dos direitos das mulheres. Retomando o conceito de igualdade, ela também elaborou uma crítica da escravidão nos Estados Unidos. Sua conexão com a religião e a igreja lhe rendeu várias passagens nas quais ela fez alusão aos episódios bíblicos para defender a igualdade intelectual, como também fez Judith Murray em *On the Equality of the Sexes* (1790). A inspiração bíblica estava bastante presente nas publicações femininas, pois era positivo que as mulheres usassem suas habilidades para ler a Sagrada Escritura e para transmitir os conhecimentos religiosos aos filhos. Entre as principais leituras bíblicas que a sociedade americana fazia, o livro do Gênesis tinha importância especial.

> De acordo com as leituras tradicionalmente hegemônicas e seletivas do Gênesis, a mãe da humanidade não foi apenas criada da costela de Adão, mas por uma fraqueza de mente ela arruinou o paraíso e gerou a mortalidade. Reforçado pela autoridade patriarcal, monárquica e social, o ministério colonial do nordeste do país incentivou essa leitura do Gênesis [...] como principal guia para o segundo sexo (Scheick, 1998, p.7).

Essa tradição masculina de leitura e interpretação do Gênesis em desfavor das mulheres contribuiu para as discussões do período, porque elas

mesmas buscaram dar novo significado às passagens exatamente através da escrita e do exercício da razão. Os discursos religiosos e políticos motivaram as mulheres a questionar as interpretações das Escrituras. No caso de Phillis Wheatley, isso foi feito com a passagem sobre Davi e Golias. A escritora considerou Davi a figura que representava os escravizados e as mulheres por serem menores e intimidados por um poder maior: o de Golias, que representava a dominação masculina e escravista. A pedra que Davi usou para derrotar Golias era, para a escritora, o conhecimento que as mulheres e os escravizados deviam manejar em favor da liberdade. Em sua crítica, Wheatley também fala sobre a hipocrisia dos homens que se diziam cristãos, mas que escravizavam outros homens e relegavam as mulheres como apenas seu complemento, sem o direito ao conhecimento que não estivesse dependente deles (Wheatley, 1773).

Phillis Wheatley foi escravizada quando tinha sete anos e chegou aos Estados Unidos logo depois, onde aprendeu a ler e escrever. Ela conseguiu escrever diversos poemas, mas eles foram rejeitados pelas revistas que suspeitavam que ela não era a autora dos textos por serem refinados. Apenas após passar por um exame oral ela foi aceita como a verdadeira autora dos poemas. Mesmo assim, ela só conseguiu publicar a primeira versão de seu livro em Londres, no ano de 1773, com o apoio da condessa de Huntington.

> Wheatley tornou-se, assim, a primeira mulher de descendência negra a publicar um livro de poemas e ganhar prestígio internacional, marcando, dessa forma, o início de uma tradição literária afro-americana. Embora desconhecida em Boston, a publicação em Londres lhe pôs em contato com importantes figuras do mundo literário, eclesiástico e político, fatos que contribuíram para sua liberdade após o retorno a Boston (Santos, 2018, p.85).

Judith Murray recorreu ao uso de pseudônimos para publicar seus textos, mas assim como Wheatley, em *On the Equality of the Sexes* (1790), recorreu à crítica de uma passagem do Gênesis, a passagem da tentação de Eva. Murray explicou neste texto que o pecado de Eva aconteceu porque ela aceitou a oferta de conhecimento que a serpente fez. Ao contrário de Eva, Adão recusou essa oferta por falta de coragem. Murray também defendeu o intelecto das mulheres como igual, senão superior ao dos homens:

> É verdade que alguns ignorantes nos informaram absurdamente que a bela do paraíso foi seduzida de sua obediência, por um demônio maligno, disfarçado de serpente desagradável; mas nós, que estamos mais bem informados, sabemos que o espírito caído se apresentou à sua visão, era um anjo ainda brilhante; pois assim, dizem os críticos na língua hebraica, a palavra deve ser traduzida. Vamos examinar o motivo dela - Ah! O serafim declara que ela deverá alcançar a perfeição do conhecimento; pois há algo que não é compreendido sob um ou outro dos termos *bem* e *mal*. Não parece que ela era governada por qualquer apetite sensual; mas meramente pelo desejo de adornar sua mente; uma ambição louvável despertou sua alma e uma sede de conhecimento impeliu a predileção tão fatal em suas consequências. Adão não podia invocar o mesmo engano; certamente ele não foi enganado (Murray, 1790, p.225).

Murray demonstrou ter consciência de que o lugar das mulheres estava fortemente determinado ao sexo e ao complemento da figura masculina. Ela também demonstrou estar consciente de seu posicionamento crítico a esse lugar comum e de fazer parte de uma estrutura social que ela buscava revisar em termos de participação e conhecimento para desmistificar o papel feminino. Este aspecto pode ser encarado como "*transculturação,* um processo no qual um grupo social subordinado apropria e revisa questões culturais transmitidas por uma comunidade social dominante" (Scheick, 1998, p.13). O movimento de buscar um diálogo com a cultura dominante faz parte da formação da autoconsciência e da identidade coletiva que permeou os escritos de Murray. Igualmente importante é o fato de que os periódicos se tornaram muito relevantes durante o século XVIII, especialmente na formação do "espaço público" como espaços coletivos de debates.

> Foi no século XVIII que o conceito se firmou na versão da era moderna. Se, de início, o espaço público era o local das discussões políticas, da formação de opinião e da legitimação do poder, com a imprensa ocorreu o deslocamento desse espaço para os jornais. A imprensa foi a primeira instância mediadora do espaço público, antes concretizado pelos debates em clubes, ruas e praças (Melo, 2005, p.27).

A nova noção de espaço público contribuiu para que Murray construísse um caminho possível ao questionar os papéis de gênero em suas publicações. O alcance dos periódicos e das revistas era muito maior do que o alcance dos

romances, pois estes eram lidos mais pelas mulheres e não muito recomendados aos homens. Assim, Murray aproveitou o espaço da imprensa para aquecer o debate político nos Estados Unidos e possivelmente influenciar mudanças nas realidades femininas.

Esta posição também está presente nos textos de Mercy Otis Warren e Catharine Macaulay, escritoras de Massachusetts e Londres, respectivamente. Elas escreveram entre os anos de 1760 e 1770, sendo que ambas participavam de reuniões e de debates políticos e sociais em seus países. Warren e Macaulay eram bastante próximas e trocaram cartas de cunho pessoal e político durante grande parte de suas vidas, até a morte da Macaulay em 1791 (McMahon, 2012).

A amizade epistolar das duas escritoras retrata a constância desta prática durante o século XVIII, não apenas do ponto de vista pessoal, mas também do político e social que caracterizava diversos escritos da época. Estas cartas podem ser encaradas como um primeiro passo para que os argumentos das duas escritoras passassem para a esfera pública. Em contrapartida, a troca de cartas pessoais também revela a dificuldade das mulheres em ultrapassar a barreira do privado, mesmo no caso de escritoras que publicaram seus trabalhos.

> Ao internalizar a naturalidade da discriminação, impostas pelas representações e discursos, torna-se difícil para a mulher romper com essa imagem de desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se través dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina, indo ao que chamamos de *consentimento* (Tedeschi, 2016, p.159).

Catharine Macaulay e Mercy Otis Warren romperam essa barreira com um extenso repertório de publicações políticas. Macaulay publicou diversos panfletos que resultaram das reuniões que ela promovia para discutir questões intelectuais em sua casa, mesmo após a morte de seu marido. Entre os republicanos ingleses ela ficou conhecida como *Female Patriot*. As duas escritoras tinham profundo conhecimento de história antiga e história política, mas ao contrário das recomendações de leitura histórica para desenvolvimento "apropriado" da razão feminina, Macaulay, em especial, utilizou seus estudos para escrever história e não só aprender sobre o passado. Entre 1763 e 1783,

ela produziu os oito volumes da *História da Inglaterra, da Ascensão de Jaime I até a Linhagem de Brunswick.* Assim como mais tarde fez Judith Murray, também publicou seus pensamentos sobre a educação em 1790, com o título de *Letters on Education,* em que escreveu sobre o poder e a oportunidade que as mulheres teriam para contribuir na sociedade com a devida educação (Macaulay, 1790).

Já com relação à Mercy Otis Warren, é destacado que "ela insistiu no estudo de história e política para suas sobrinhas e netas, desconsiderando como preconceito as concepções culturais e de gênero que poderiam tê-las desencorajado" (Davies, 2005, p.16). A relação entre as ideias de Catharine Macaulay e Mercy Warren também se dava na conexão que estabeleceram entre o sentimento pessoal e o caráter político que reivindicavam como mulheres republicanas.

Ao final do século XVIII os textos de Macaulay e de Warren revelaram uma linguagem política até então muito pouco conhecida e explorada pelas mulheres, especialmente porque consideravam que elas podiam exercer com talento o papel de escritoras políticas (Macaulay, 1790). Esta declaração foi feita por Catharine Macaulay e deu início ao debate sobre os direitos civis das mulheres britânicas. Suas publicações levantaram novamente a questão da identidade e da auto percepção da subjetividade feminina, pois ao contrário de ver uma descontinuidade entre gênero e política, foi através da síntese de suas ideias que Macaulay e Warren propuseram uma precursora leitura feminista das mulheres republicanas (Davies, 2005).

Isso significa que elas possivelmente se viam como parte de um coletivo com outras mulheres e desenvolveram um senso de identidade como sujeitos intelectuais. Ao questionar a exclusão das mulheres do pensamento racional e das instituições democráticas, elas explicam que a posição feminina era fruto da experiência histórica e social, a não da "natural" inferioridade feminina. A crítica com relação ao modelo dominante de feminilidade foi crucial, especialmente para responder os meios de comunicação da época que divulgavam a imagem da mulher republicana perfeita.

Com este mesmo objetivo, Judith Murray publicou *On the Equality of the Sexes* em 1790, na revista *Massachusetts Magazine*, onde conseguiu uma coluna permanente para publicar seus ensaios. Um ano depois, em 1791, a capa

desta mesma revista apresentou um modelo de feminilidade para servir de guia para as mulheres educadas. Esta imagem da figura feminina estava cercada por duas figuras mitológicas que faziam referência à educação e à feminilidade.

> As Belas Filhas de Massachusetts são representadas coletivamente pela figura simbólica de uma jovem elegante e talentosa, sentada em sua sala de estudos, contemplando as várias páginas da Revista. A familiaridade geral com os ramos necessários da leitura e da escrita e com os ramos mais ornamentais da História e da Geografia é retratada pelos instrumentos da Ciência que adornam o Salão da Meditação. Minerva, a Deusa da Sabedoria, assistida por Cupido, coroa-a com um terço de Laurel: a tocha ardente do Hímen é exibida no alto - uma delicada sugestão de que o conhecimento, combinado com a beleza, acende as chamas mais puras do amor. Nessa representação, amor e aprendizado foram combinados perfeitamente, e tanto Cupido quanto Minerva coroaram as conquistas dessa figura simbólica. Conhecimento, combinado com beleza (Macmahon, 2012, p.7).

FIGURA 01. CAPA DA *MASSACHUSETTS MAGAZINE* (1791)



Fonte: Domínio público.

Foi assim que os homens americanos começaram a explorar nos jornais

o cenário das responsabilidades femininas, sendo que as habilidades racionais das mulheres deveriam coexistir com suas habilidades "naturais" de gestão da família. Em resposta a essa nova disposição das responsabilidades, as mulheres continuaram a publicar suas críticas, demonstrando mais uma vez estarem cientes de suas condições sociais. Judith Murray fez isso na própria *Massachusetts Magazine* como *Mr. Gleaner*, ao escrever sobre os ideais de beleza e conhecimento esperados das mulheres entre os anos de 1792-1794.

Ironicamente, uma das principais obras publicadas à época que alertava as mulheres sobre os perigos da futilidade era um romance de Hannah Webster Foster, *The Coquette*. A personagem principal do livro, Eliza, recusava um casamento conveniente para dar vazão à paixão, mas acabava sendo seduzida e abandonada. Apesar disso, novos olhares sobre a trama permitem a concepção de que

> O problema de Eliza não era meramente ela ser uma *coquette*, como sugerido pelo título do romance. De acordo com Kristie Hamilton, estudiosa literária, Eliza é percebida por muitos como *coquette* porque ela tenta medir todas as suas oportunidades, até que uma se apresentasse como a que mais a satisfaria em sua busca por felicidade (McMahon, p.13-14-15).

Eliza também é descrita como uma jovem educada, então é possível encará-la como o reflexo da mulher que não aceita seus limites sociais justamente por ter sido bem educada. Apesar disso, foi perigoso e fatal para ela não ter se conformado com seu esperado papel de esposa, dedicando-se a explorar sua independência, o que a levou a ser vítima de seus desejos por "igualdade" ao fazer suas escolhas passionais. Não saber equilibrar o conhecimento com a aptidão "natural" de esposa foi decisivo para sua ruína e a tornou um contraexemplo para as moças do que não era aceitável, pois a oscilação de Eliza entre *pendatic* (muito educada) e *coquette* (muito fútil) acabou definindo-a como uma jovem perdida. Assim, as mulheres precisavam do equilíbrio.

A leitura de romances seria caminho para a "coqueteria", porque desviavam a atenção das mulheres da importância do casamento e as levavam a imaginar mundos inexistentes. Apesar disso, as mulheres continuaram a

buscar as academias para estudar diversos conteúdos, mesmo aqueles que eram antes ensinados apenas aos homens. A diferença era que elas também tinham que estudar matérias como música, dança, costura, desenho e pintura, que as ajudava a desenvolver um comportamento refinado e o bom gosto (McMahon, 2012).

Mesmo assim, "oferecendo rigorosos cursos às estudantes, as academias femininas ajudaram a transformar o cenário institucional da educação das mulheres na formação da América nacional" (McMahon, 2012, p.27), pois apesar de ensinar os atributos de uma "dama", as academias abriram espaço para o pensamento crítico e contato com o mundo intelectual que permitiu às mulheres se interessar pela política e almejar a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Murray, Warren, Macaulay e Wheatley foram motivadas a transformar a posição das mulheres nas sociedades patriarcais e enfatizar o fato de que o julgamento social a respeito delas deveria ser baseado no pensamento crítico, e não no fato de serem mulheres. A educação e a razão fariam delas participantes ativas na política. Em conjunto com as mulheres presentes nos círculos literários, elas discorreram sobre a concepção de que todos os seres humanos foram feitos para viver juntos e ter os mesmos direitos, por terem sido agraciados com as mesmas capacidades intelectuais.

As discussões sobre a oposição entre igualdade e diferença são fundamentais para entender as lutas do passado pelo espaço feminino, mas também para avaliar os resultados alcançados por essas lutas através das tensões e dos conflitos. No caso das tensões de gênero e do espaço criado pelas mulheres por meio da escrita, é interessante constatar os limites e as rupturas femininas, bem como a forma como os homens lidaram com suas reivindicações na sociedade dos Estados Unidos, que durante todo o século XVIII reforçou uma necessidade intensa de complementação entre os papéis de gênero nas esferas políticas e sociais.

> Não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos

> individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos (Scott, 2005, p.12).

Os textos das quatro autoras citadas foram de importância significativa especialmente por terem contribuído para a formação da Convenção de Sêneca Falls, de 1848, a Primeira pelos Direitos das Mulheres. Na época em que foi realizada, Wheatley, Murray, Macaulay e Warren já haviam falecido, mas a principal oradora da Convenção, Elizabeth Cady Staton, demonstrou ter diversos pontos em comum com as outras autoras, o que revela uma certa linha de pensamento em comum sobre os direitos femininos nos Estados Unidos. Staton fez a leitura de uma Declaração de Sentimentos na qual enumerava as discrepâncias entre a Declaração de Independência dos Estados Unidos, que pregava a liberdade e a igualdade, e a realidade de grupos como os das mulheres, das classes trabalhadoras e dos escravizados, que não gozavam dos mesmos direitos.

A autora e ativista faz um apelo ao papel político das mulheres e à necessidade de educação, o que também permeou os textos de Wheatley, Murray, Macaulay e Warren, revelando certa identidade de grupo que se misturava com a experiência individual do ser mulher. Desta forma, defender posicionamentos políticos por meio da escrita no século XVIII passou a ser um recurso valioso para as mulheres, pois o cenário de transformações sociais e políticas tornou possível pela primeira vez a realização de eventos políticos de alcance nacional, como a Convenção de Sêneca Falls, que daria origem às convenções em diversas outras partes do mundo e pode ser considerada pioneira para a formação da Primeira Onda Feminista nos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

AREZKI, Khelifa; MAHMOUD, Katia. American Women of the Colonial Period and of the Nineteenth Century City: in Judith Sargent Murray's On the Equality of Sexes, Edith Wharton's Roman Fever and Hamlin Garland's Mrs. Ripley's Trip. **Multilinguales**, Bejaia, v. 2, n. 2, p.171-182, 2013.

BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 7, p.1-11, dez/2011.

BROWN, Herbert R.. Richardson and Sterne in the Massachusetts Magazine. **The New England Quarterly**, New England, v.5, n.1, p.65-82, jan./1932. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/pdf/359491.pdf?refreqid=excelsior%3A3526ea84bbed3c898959523a969b0601>.

DAVIES, Kate. **Catharine Macaulay and Mercy Otis Warren**: The Revolutionary Atlantic and the Politics of Gender. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2005.

KERBER, Linda. The Republican Mother: Women and the Enlightenment - An American Perspective. **American Quarterly**, Iowa, v.28, n.2, p.187-205, jan./1976.

KERBER, Linda. **Women of the Republic**: Intellect and Ideology in Revolutionary America. 1. ed. Virginia: University of North Carolina Press, 1980.

MACAULAY, Catharine. **Letters on Education: with Observations on Religious and Metaphysical Subjects**, 1790. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MCMAHON, Lucia. **Mere Equals**: The Paradox of Educated Women in the Early American Republic. 1. ed. New York: Cornell University Press, 2012.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação e Informação**, v.8, n.1 p.26-38. jan/jun. 2005.

MIRANDA, Anadir dos Reis. **Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759-1797)**. 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MURRAY, Judith. **On the Equality of the Sexes**. The Massachusetts Magazine, Mar-Abr 1790. In: HARRIS, Sharon (org.). Selected Writings of Judith Sargent Murray. 1ªed. Oxford University Press, 1995.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **Revista São Paulo em Perspectiva:** v.15, n.3, p.58-66, 2001.

SANTOS, José de Paiva dos. Nação, raça e identidade em Poems on Various Subjects, Religious and Moral, de Phillis Wheatley. **Aletria**, v. 28, n. 3, 2018, p. 83-102.

SCHEICK, William. **Authority and Female Authorship in Colonial America**. 1. ed. Kentucky: University Press of Kentucky, 1998.

SCOTT, Joan. O Enigma da Igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, jan-abr/2005.

TEDESCHI, Losandro. Os desafios da Escrita feminina na História das Mulheres. **Revista Raído**, Dourados, v.10, n.21, p.153-164, jan./jun. 2016.

WESLEYAN COLLEGE. **The History of Wesleyan College**. Disponível em <https://www.wesleyancollege.edu/about/history/wesleyan-college-history.cfm>.

WHEATLEY, Phillis. **On Being Brought from Africa to America**. 1773 *In*: HILL, Patricia L. (Ed.). Call and Response: the Riverside Anthology of the African American Literary Tradition. New York: Houghton Mifflin Company, 1997.

WITTMANN, Reinhard. **Existe uma Revolução da Leitura no final do século XVIII?** In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Gugliemo (orgs.). História da Leitura no Mundo Ocidental. Vol.2. 1. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.